

Senhor Presidente, Senhora Relatora,

Senhoras e Senhores Deputados e Caros Colegas,

Começo por agradecer a Comissão pela oportunidade de sermos ouvidos, e os meus colegas diretores pelo facto de estar aqui como secretário do Conselho dos Laboratórios Associados.

A semana vai longa e o dia também. A minha intervenção irá focar os Laboratórios Associados (LAs) como Instituições únicas.

Estas apresentações, juntamente com as informações que vos foram previamente enviadas, dos atuais 26 LAs ilustram, espero eu, o significado a nível nacional e internacional destas Instituições e o seu reconhecimento.

Em grande parte, foram elas que permitiram que Portugal conseguisse, pela primeira vez, reunir à volta de temas cuja importância para o País é incontestável, um conjunto de competências disciplinares e a massa crítica essencial para finalmente se poder debruçar sobre assuntos e desafios científicos e tecnológicos emergentes, frequentemente em parceria com estruturas análogas por esse mundo fora.

Os ganhos conseguidos progressivamente (melhorando consistentemente de ano para ano) e claramente demonstrados:

- a) na qualidade da investigação e nos avanços do conhecimento;
- b) no nível de inovação junto da indústria e dos serviços;
- c) na mobilidade de investigadores altamente qualificados;
- d) na dimensão e internacionalização da formação de jovens;
- e) na liderança de projetos e programas nacionais e internacionais;
- f) na capacidade de angariar fundos cada vez mais competitivos (só 10 – 30% não são competitivos);
- g) na não duplicação de recursos altamente especializados;
- h) na visibilidade do seu trabalho junto da população;
- i) na atração dos mais jovens para estas áreas do saber; e
- j) na riqueza da sua diversidade;

penso que não deixa dúvida sobre a vitalidade e o impacto destas instituições a nível nacional e global. Até o Sr. D. Luís, que nos “observa” (citando o Dr. Ribeiro e Castro) deve certamente estar impressionado com o que mudou na última década em Portugal.

No entanto, instituições destas, em qualquer parte do mundo, necessitam de um nível de estabilidade que não se compadece com muitas das incertezas que atualmente, no domínio da ciência, nos parecem claramente injustificáveis. Estamos conscientes que a renovação das instituições e dos seus recursos humanos é essencial. Essa dinâmica ficou, espero eu, patente no que vos foi transmitido, mas necessita de estratégias a médio e longo prazo que se tem tornado difíceis com a crescente falta de confiança junto das próprias instituições científicas.

Os LAs estão legitimamente preocupados com a incerteza que paira à sua volta e que cria um clima de crescente dúvida junto de muitos jovens sobre se continua a valer a pena apostar no conhecimento. A frequente falta de consistência, transparência e de diálogo nos processos de tomada de decisões estratégicas do governo, parece-nos desnecessária e perigosa. Até porque muitos destes Laboratórios reúnem competências relevantes e reconhecidas para a definição de políticas públicas robustas e mais consensuais.

Por outro lado, a burocracia e a falta de flexibilidade na gestão dos financiamentos, só dificultam o funcionamento normal dos Laboratórios (assim como de muitas outras unidades de investigação), situação que infelizmente não tem melhorado.

Acreditamos que os benefícios resultantes do esforço que o País fez na criação destas instituições, ficaram aqui bem patentes e que a estratégia apoiada por vários governos claramente justifica a sua continuidade e o seu reforço. Tanto mais que os Laboratórios mais recentes carecem claramente de financiamento básico compatível com os seus resultados, situação que deve ser corrigida urgentemente. E outras áreas existirão certamente, que beneficiariam da criação de novas massas críticas cruciais para o País.

Não se pode afirmar, como fez o Presidente da Fundação para a Ciência e para a Tecnologia no início desta audiência, que não devemos estar preocupados com o financiamento “pois os valores apresentados só mostram uma redução de aproximadamente 20 milhões de Euros em relação a 2010”. O que foi comunicado às unidades de investigação nos últimos meses de 2012 foi uma redução de entre 30 a 50% em relação ao passado. Apesar de também nos ter sido dito repetidamente que em 2013 não seriam impostas alterações significativas, precisamente por ser um período de transição.

A Comissão compreende certamente que a perspectiva dos que estão no terreno a investigar e a inovar, e que por isso mesmo necessitam de fazer planos, pelo menos a médio prazo, seja diferente da dos financiadores desse esforço. Lucrariamos todos com uma aproximação destas duas perspectivas.

Alexandre Quintanilha, Secretário do CLA

2013-03-22